

A Intolerância Católica no Brasil das décadas de 1930-40

Alexandre José Gonçalves Costa¹ - PPG-UNICAMP

Pretende-se nesta comunicação mostrar como a ambigüidade do Evangelho em relação ao outro foi manipulada pelos intelectuais do Centro Dom Vital como arma política nos embates do Brasil das décadas de 1930-40, visando a efetiva inserção e promoção dos interesses da igreja católica na sociedade daquele tempo.

Núcleo de formação e de difusão das idéias do laicato católico, empenhado no debate com as correntes do pensamento moderno, cuja influência foi nacional e atravessou boa parte do século XX, o Centro Dom Vital desempenhou o principal papel na atualização do discurso político católico no Brasil em meados do século XX, ao realizar o movimento de desprendimento da concepção autoritária de sociedade, de um catolicismo antiliberal, e de apropriação de elementos da cultura moderna, aderindo à democracia. É sob a forte influência da obra de Jacques Maritain que os intelectuais católicos, através da revista “A Ordem”, se empenharam no trabalho de apropriação de valores liberais rearticulando-os no interior da doutrina católica.

Periódico fundado em 1921, por Jackson de Figueiredo, que teve a peculiaridade de surgir antes do instituto do qual seria porta-voz, o “Centro Dom Vital” (1922), base do projeto de dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro e principal liderança da hierarquia brasileira, de cooptação da elite intelectual brasileira, em seus doze primeiros números imprime como epígrafe a frase de Veuillot: “A questão de sempre é saber se o homem deve nascer, viver, unir-se, morrer, receber, transmitir e deixar a vida como uma criatura de Deus, a Deus destinada, ou como uma larva aperfeiçoada, unicamente originária das fermentações do lodo da terra.”²

Esse dualismo radical, que não concebe trânsito entre um e outro, mas que exige a opção por um *ou* outro, sustenta a polêmica contra o pensamento secular, dominado pelo evolucionismo spenceriano e pelo positivismo, ao mesmo tempo em que embasa o trabalho pelo “contrário da revolução”, pela identificação da autoridade

constituída com a ordem. Antiliberal, autoritária, moralista, antilaicista e nacionalista, a doutrina da ordem difundida pelos católicos capitaneados por Jackson era tributária do tradicionalismo católico europeu do século XIX, de de Maistre – “não conheço o coração de um libertino, mas conheço o coração de um homem honesto. É horrível!” –, de Bonald, Lamennais, Bonnety, sintetizado, não sem algo caricatural, mas sincera, na espantosa frase do padre Ventura de Raulieu: “toda novidade em religião é heresia, toda novidade em filosofia é absurda, toda novidade em política é revolucionária”.³

Jackson está inserido – assim como o Centro Dom Vital e a liderança de dom Leme – em um movimento mais amplo do catolicismo, que desde o século XIX, buscava elaborar uma interpretação, adquirir uma consciência do significado da secularização vivida, empenhando-se em se situar num mundo revolucionado pela ciência, pelo mercado, pela indústria, pela democracia. Desde Leão XIII, o modo como a igreja tece sua sobrevivência nos tempos modernos, se configura como movimento pendular entre uma igreja mais aberta e outra – que é a mesma – mais fechada.

Esta forma, está claro, é relativa. Num sentido mais geral está fundada precisamente na permanência de um mesmo movimento, o da oscilação. Noutro sentido, está baseada numa série de instrumentos que a Sé romana possui – imposição do silêncio, estímulo à pesquisa, orientação dos seminários, troca e nomeação de bispos, magistério papal, etc – para fazer pender a instituição para um lado e outro. O mesmo movimento pendular, de afastamento e aproximação, verifica-se no relacionamento com os projetos de sociedade em disputa no mundo.

Se em Jackson de Figueiredo o axioma da adesão à autoridade constituída inviabilizava qualquer abertura para projetos alternativos em cena, sua morte, em 1928, e sua substituição na direção do Centro Dom Vital por Alceu Amoroso Lima, implicou em uma mudança de orientação. A nova atitude estava diretamente relacionada à condenação da *Action française*, em 1926, por Pio XI. Claramente é um final de década em que a igreja opta por sair da disputa política em seu sentido estrito e direciona suas energias para a Ação Católica, o que simultaneamente impedia a

vinculação da igreja a **um** projeto político e conferia mobilidade à sua inserção político-social visando eficácia na defesa de seus interesses. Jacques Maritain foi o principal teórico da nova orientação – sendo mesmo instado a isso por Pio XI – com sua ênfase na *justa liberdade* de posicionamento dos católicos no espectro político – no limite de não colocar em risco a *liberdade da Igreja* –, como em sua defesa da primazia do espiritual sobre o temporal.

O discurso de “A Ordem” torna-se não monolítico, passa a comportar gradações – diríamos que passa a se constituir delas – e esse seu caráter constitutivo revelava uma estratégia que pretendia construir a unidade – das forças católicas – a partir da tolerância à diversidade dos engajamentos, cujos limites oscilavam, ou melhor, eram ajustados em razão da dinâmica dos acontecimentos, dos movimentos de aproximação ou de afastamento que a hierarquia promovia em relação ao Estado. Sua uniformidade residia na rejeição tanto do *desenfreado liberalismo* quanto da *hidra moscovita*, mas a mesma terminava, tornava-se tendência predominante, na opção pelos fascismos – e, no Brasil, pelo integralismo.

Mas a própria recusa da revista em assumir o integralismo como o representante do projeto político católico sinalizava para uma prevenção ao comprometimento sem retorno. Pode-se mesmo constatar a presença de uma determinada diversidade, que oscilava entre a afirmação peremptória da autoridade e o apelo ao equilíbrio entre autoridade e liberdade, e mesmo na identificação do inimigo número um. Oscilação essa em sintonia com uma outra verificada, que dizia respeito à flexibilidade na apropriação do acervo da tradição, possibilitada pela característica ambígua desta. Essa ambigüidade era manipulada em razão de objetivos políticos específicos de aproximação ou de afastamento dos adversários, tanto internos quanto externos. No caso, trata-se da passagem em que Jesus diz aos apóstolos: “Porque quem não é contra vós, é por vós.” (Mc, 9, 39). Esse ensinamento que convida à tolerância, de teor ecumênico, base dos acordos políticos, adquire sentido inverso, de franco teor

belicista e totalitário, que tende ao isolamento, ao ser substituído pelo “Quem não é comigo, é contra mim” (Mt, 12, 30).

Em 1932, no ataque à postura da burguesia liberal em relação ao decreto de 30 de abril de 1931, que abria espaço ao ensino religioso nas escolas públicas, Mateus é utilizado.

Dois grandes órgãos da imprensa burguesa, o “Estado do Rio Grande”, que é o jornal oficial do Partido Libertador do Rio Grande do Sul, e o “Estado de S. Paulo”, que é o grande órgão das classes conservadoras de S. Paulo, também se manifestaram contra o liberalismo do decreto de 30 de abril, chegando este último a declarar que – “a laicidade integral do ensino nas escolas públicas... é um postulado político que a experiência ilustra e corrobora”. (3/1/32)

[...]

Ambos representam incontestavelmente grandes correntes de opinião pública, dignas do maior acatamento e que sinceramente não pensam atacar o catolicismo quando defendem o laicismo ou quando combatem o decreto de 30 de abril. Essas correntes é que formam propriamente a grande burguesia liberal, a classe hoje dominante e da qual saíram os chefes políticos da Revolução Liberal de Outubro. Nela é que mais viceja esse catolicismo convencional e comodista, contra o qual nos temos sistematicamente insurgido em nome dos verdadeiros princípios evangélicos, entre os quais brilha a palavra imortal e decisiva de Nosso Senhor: “Qui non est mecum, contra me est”. (Math. 12.30)⁴

Acima de tudo, de sua classe, de seu partido político, de sua ideologia, exige-se do católico fidelidade aos interesses de sua Igreja.

Nós queremos, realmente, que o católico, tanto na sua inteligência quanto na sua fé, afirme a virilidade do seu caráter e as virtudes heróicas de que é herdeiro com sucessor legítimo de santos e de mártires. Nós, realmente, contrapomos à fórmula hipócrita, ilógica e egoísta do “quem não é contra mim é por mim”, a fórmula imposta pelo próprio Jesus Cristo, segundo o testemunho dos Evangelhos, do “quem não é por mim é contra mim”.⁵

Mas, movimento paradoxal – mas que é exemplar do cerne do mecanismo da dialética cristã, a oscilação entre aproximação e distanciamento –, a estratégia da Ação Católica, cujo lema era “fora e acima dos partidos políticos”, através da atitude da Liga Eleitoral Católica na eleição para a constituinte é sustentada por Marcos (9, 39). A ambigüidade jamais se decide, é sempre um e outro. Também, a dialética cristã não se decide – proximidade e distância. Daí a recorrência da oscilação do discurso, em simetria com a recusa por um projeto político, o que alargava sua margem de manobra, abrindo campo ao pragmatismo diante da agenda política do país.

Embora aceitando integralmente o princípio tomista da “purificação dos meios”, a que se referia há pouco Maritain e pugnando, por isso, pela moralização cada vez maior da política, não é prudente enveredarmos, sem mais, pelo caminho das angelitudes...

E desse modo, mesmo que façamos restrições pessoais a muitos candidatos, podemos aceitá-los sem hesitação, desde que salvemos o essencial na sua atitude em face dos nossos princípios irredutíveis.

[...]

Trabalhamos pela Igreja, que é suprapartidária e supranacional, porque é de Deus e portanto se estende sobre todos os homens e todas as nações. Temos uma missão, mesmo os leigos incorporados pela Ação Católica às milícias hierárquicas, que é de paz e salvação das almas e não de dissidências e agitação dos espíritos.

O que há é que a Igreja sacrifica sempre o acessório ao principal e não hesita em aceitar o mal menor para evitar um mal maior. E como trabalha pela salvação das almas e das sociedades, não se prende ao secundário e efêmero, indo sempre ao principal e permanente. Daí a incompreensão humana perante tantas de nossas atitudes. E, na órbita pequenina, em que nós agimos, idênticas incompreensões se processam perante procedimento idêntico em que temos tido em face dos acontecimentos.⁶

Finalmente, não se confundindo a A.C. com nenhum outro partido, mesmo católico, nem se aliando com um só deles, com exclusão injustificada dos outros – entende-se entretanto a L.E.C. com todos os partidos que aceitem ou não contrariem suas reivindicações.⁷

Nitidamente, Marcos não significa um movimento de abertura ao outro, mas de conquista do outro, fazer-lhe reconhecer que ele não tem consciência de quem é, que ele não é o outro, mas um igual, numa afirmação da universalidade cristã.

Minorias? Não sabemos se somos, mas respondemos com a palavra de Cristo: “Quem não é contra vós é por vós” (Marc, 3, 39; Luc 9, 50). E quantos serão tais? Não será deste número o sr. F. A.[Fernando Azevedo]? Em todo caso, nem ele, nem nós, nem qualquer estatística no mundo pode penetrar os mistérios da consciência humana.⁸

Em pleno momento da atualização do discurso, realizado o percurso de afastamento dos fascismos e de aproximação à democracia, o movimento de conquista é explicitado. O outro só é reconhecido como projeção do eu. O outro é depurado daquilo que o provê de identidade.

Vede como o Cristo definiu bem a nossa grandeza de movimentos: “Quem não está contra nós está conosco” (Marcos, IX, 38) [sic] ! Foi esse princípio que, por exemplo, permitiu no campo intelectual, que Santo Tomás batizasse Aristóteles e está permitindo que Jacques Maritain depure tantas posições teóricas de um lado cativas de preconceitos vazios, de outro ricas de novas contribuições filosóficas.⁹

Isto é possível porque, segundo a Tradição, tudo que há de verdadeiro e de bem pertence ao cristianismo, e porque todos os sistemas adversários carregam partes da verdade. A operação implica em um esvaziamento, ou um esfacelamento do outro. Todos os sistemas adversários são cindidos e esvaziados de sua medula, de sua filosofia, daquilo que os define, para serem apropriados no que têm de oportuno. São submetidos a um exorcismo, e batizados; são mortos e devorados.

Estamos no dever de pensar de novo em como derrubar o muro que separa a Igreja do mundo. Precisamos descobrir novos caminhos para entrar na intimidade do mundo. Afinal, esta é nossa única razão de ser. Ora, estes caminhos poderão ser vários e convém mesmo que eles sejam múltiplos. Certo, porém, nenhum deles poderá se distanciar das lições eternas das Escrituras – entre as quais destacaremos esta de São Pedro, quando do batismo de

Cornélio, o Centurião; “Vós sabeis que coisa abominável é para um homem judeu, o ajuntar-se ou aproximar-se de um estrangeiro; mas Deus me mostrou que a nenhum homem eu chame de comum ou imundo. Pelo que, sem duvidar, vim logo que fui chamado”. (Atos – X. 28/29).

Sabemos todos que esta decisão de São Pedro foi tomada depois da visão de Joppe. E, desde então, como admiravelmente diz Fessard, a primeira brecha, por onde passara o Príncipe dos Apóstolos não cessou de alargar-se e Santo Agostinho ajuda-nos a compreender na sua amplitude total a visão de Joppe, mostrando-nos que os animais puros e impuros são os povos que a Igreja deve conquistar e os inimigos que ela deve converter.

“A Igreja, exclama Santo Agostinho, mata e come. Mata neles o que eles são e transforma-os naquilo que tu és... O que é afinal comer? É fazer passar o alimento para o corpo. Tudo o que nós comemos, efetivamente, fazemos passar para nosso corpo. É o que realiza a Igreja pelos seus santos: ela tem fome daqueles que ela quer ganhar, e aqueles que ela de alguma forma ganhou, ela, por assim dizer, os come. Pedro estava no lugar da Igreja, quando lhe foi mostrado o guardanapo cheio de todos os animais quadrúpedes, pássaros, répteis, cujas espécies diversas representavam todas as nações. O Senhor prefigurava assim a Igreja, que devia devorar todas as nações e convertê-las no seu corpo”. (Fessard).

[...]

Evidentemente, por isso, não iremos adotar a mesma técnica da Igreja primitiva, para devorar o mundo. Isto seria incidir no erro do univocismo filosófico. Mas, iremos, iluminados pelos mesmos princípios, estilizá-los de uma maneira nova para os tempos novos, que se nos abrem aos olhos. De qualquer forma, porém, precisamos ter fé na realidade sobrenatural da Igreja. Precisamos ter fé nas suas virtudes fortes. Precisamos ter fé no vigor de seu ser, que “per se”, entrando em contato com os outros seres sociais, assimila a si mesmo tudo o que neles existe de valor humano, sentido ontológico de sua catolicidade.¹⁰

Daí afirmarmos que a aparente ambigüidade do Evangelho em relação ao outro – proximidade e distância – revela um mesmo sentido profundo: a intolerância com a diferença é a mesma, seja em Marcos 9, 39, (ou Lucas 9, 50) seja em Mateus 12, 30; são passagens espelhadas, invertidas, mas a figura é a mesma. A técnica da

apropriação, e portanto da atualização, está toda embasada em um conceito: o da **catolicidade ontológica**. Todo ser carrega impresso em sua natureza o sinete do criador. Ser humano é o mesmo que ser cristão.

¹ Doutorando/Unicamp – bolsista Fapesp.

² Para Alípio Casali, “a insistência nessa epígrafe, ao longo de um ano inteiro de publicação, é mais uma manifestação do dualismo antropológico (homem material X homem espiritual) que marca a linha editorial da revista.” *Elite Intelectual e Restauração da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 122.

³ Citado por A. D. Sertillanges, *El Cristianismo y las Filosofías*, Trad. Cecilio S. Gil, Madrid: Gredos, 1966, vol. II, p. 111. Sobre a doutrina esposada por Jackson de Figueiredo, ver Romualdo Dias. *Imagens de Ordem. A doutrina católica sobre autoridade no Brasil 1922-1933*. São Paulo: ed. Unesp, 1996, pp. 29-39; 69-78. Francisco Iglesias. Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo. *História e Ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1971, pp. 109-158.

⁴ “Separatismo religioso”. *A Ordem* fev/1932, pp. 82-83.

⁵ Registro. “Saudosismo religioso”. *A Ordem*, fev/1932, p. 151.

⁶ Tristão de Ataíde. “O espírito de nosso voto”. *A Ordem*, out/1934, pp. 236;238.

⁷ Tristão de Ataíde. “Os católicos e a política”. *A Ordem*, set/1934, pp. 160-161; 163.

⁸ L. Van Acker. “Sociologia ou socialismo”. *A Ordem*, jan/1933, p. 28.

⁹ Silvio Elia. “Questões atuais”. *A Ordem*, jan/fev 1946, p. 117.

¹⁰ H. J. Hargreaves. “Iniciação à filosofia política de Maritain”. *A Ordem*, mai/jun 1946, pp. 183-184.